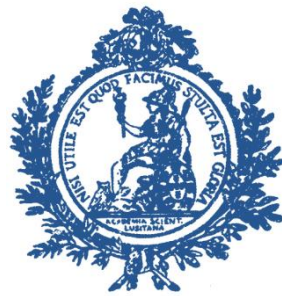


Adriano Moreira

**A RELAÇÃO INQUIETA ENTRE
EUROPEISMO E AMERICANISMO**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS

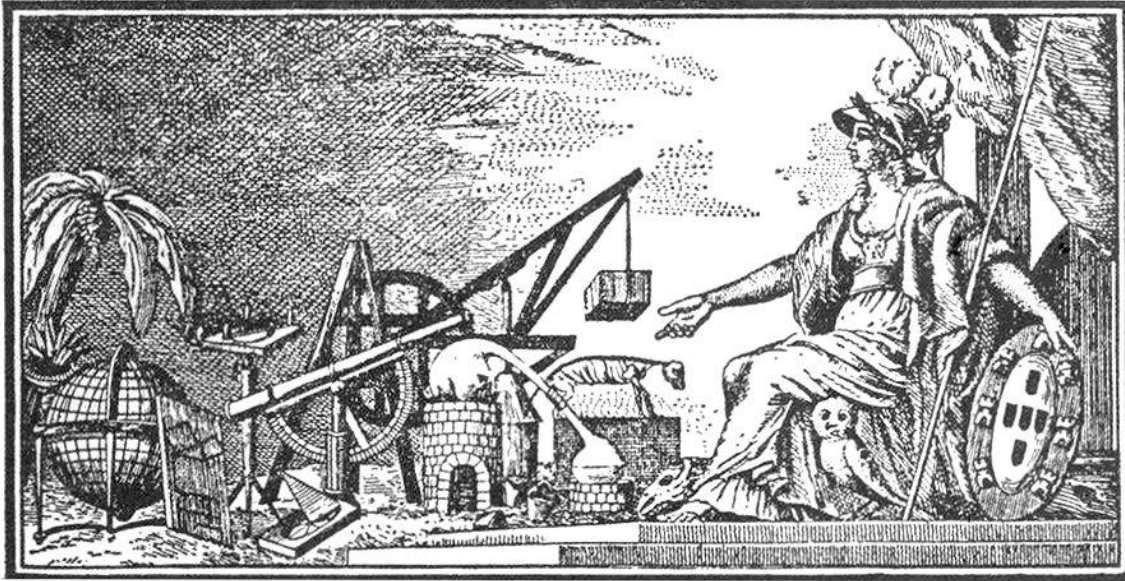
Adriano Moreira

**A RELAÇÃO INQUIETA ENTRE
EUROPEISMO E AMERICANISMO**



ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA

CLASSE DE LETRAS



A RELAÇÃO INQUIETA ENTRE EUROPEISMO E AMERICANISMO

ADRIANO MOREIRA

1 - Talvez seja, não apenas útil, mas necessário um esforço de conceptualização de *européismo* e de *americanismo*, ainda que tal objectivo tenha a fragilidade habitual dos conceitos operacionais, sempre condicionados por perspectivas não imunes às valorações dos observadores.

De qualquer modo, algumas considerações, sem ambições que não sejam metodológicas, parecem oportunas sobre o tema, pressupostos da questão em apreço, das identidades e da sua importância crescente na conjuntura que vivemos.

Alguns exemplos da história política recente podem auxiliar a clarificar a temática da incerteza inquietante em que se desenvolve a relação complexa

entre o americanismo e o europeísmo, depois de uma solidariedade histórica quer na guerra chamada mundial de 1939-1945, quer no meio século de *guerra fria* em que a firmeza da Aliança ganhou o imprevisível tempo necessário para a dissolução interna da URSS, e queda do Muro de Berlim em 1989. Este facto, e esta data, marcaram o início do período e da circunstância em que nos encontramos na relação entre as duas realidades.

Começando pela questão das identidades, parece necessário começar por notar que o *americanismo*, como paradigma de comportamento de um povo, é antes de mais um *nacionalismo*, com expressão em afirmações como *internamente* a do *sonho americano*, e *externamente* a de se tratar da *nação indispensável* nesta data do globalismo.¹

Embora sejam vários os tipos de nacionalismo que a observação identifica, por exemplo o nacionalismo *cívico*, que teve a atenção de Malraux ao atribuir a Napoleão ter implantado na visão dos franceses a coerência e unidade de todos com o Estado, e foi um pressuposto eventual da proclamação de Willson, em 1918, no sentido de que essa deveria ser a regra da nova ordem.

Este nacionalismo identificado da América (EUA), foi também o identificador proclamado e ambicionado pelos *Estados europeus*, progressivamente a partir da Revolução Francesa de 1789, mas por isso mesmo *plural*, e apontando para um *paradigma imaterial* chamado Europa que foi ultrapassando as vicissitudes históricas até à formação da *UNIÃO EUROPEIA*, esta sendo a forma política vigente do velho paradigma ideológico.²

Nesta diferenciação entre o *nacionalismo unitarista* dos EUA e o *nacionalismo plural* da União Europeia, são reconhecíveis diferenças importantes, em cada uma das unidades, entre a *ideologia* e a *realidade*, porque os nacionalismos ou *étnicos* ou *culturais* são dinamizadores de movimentos sociais e políticos não coincidentes nas causas e objectivos proclamados. Nos EUA foi necessário chegar á eleição de Obama para que as restrições aos direitos políticos da proclamação de Filadélfia, cujo trajecto incluiu a Guerra Civil, fossem confrontados com a proclamação, feita pelo eleito, vindo da minoria negra, de que – “*somos todos americanos*”.³ Ainda que outros factores, como o *bilinguismo*

¹ John K. Cor, *Nationalism*, in Michael T. Snarr e D. Neil Snarr (editores), *Global Issues*, Lynne Rienner Publishers, Londres, 2002, pag. 35 e sgts. Eric Hobsbawm, *Nations and Nationalism Since 1780: Programme, Myth, Reality*, Nova York, Cambridge University Press, 1992.

² Adriano Moreira, *Ciência Política*, 4.^a Edição, Almedina, Coimbra, 2009, pag. 451 e sgts. Adriano Moreira, *A Comunidade Internacional em Mudança*, 3.^a Edição, Almedina, Coimbra, 2008.

³ Os discursos de Obama candidato, são confrontados pelos discursos de Presidente.

que dá crescente relevância à língua castelhana, multipliquem identidades, estas, mesmo quando *identidades étnicas*, não revelam dissidências nacionalistas.

Não é todavia o que se passa na *Europa*, já não mítica ou ideológica, mas como realidade institucional dos nossos dias. É interessante verificar que assim como a *identidade étnica*, real ou imaginada, contribuiu para criar as identidades nacionais (*nós, os descendentes dos gauleses, nós os descendentes dos lusitanos*), também provoca o desmoronamento de *identidades políticas*, ou as desafia em nossos dias. Esse nacionalismo que invoca raízes étnicas é mais sólido do que aquele que, como com Obama, invoca o civismo partilhado para obedecer a um sonho comum e a um *conceito estratégico vinculante*. Depois da queda do Muro de Berlim, que referimos como ponto de partida para a narrativa do nosso tema, a guerra na Bósnia-herzegovina, ou a independência do Kosovo, lembram o colapso dos velhos Impérios como o Império Austro-húngaro, ou o Império Turco, agora a queda do Império Soviético, ou a desagregação de pequenas confederações como a Checoslováquia, e as dificuldades da Bélgica, da Espanha, e já do próprio Reino-Unido.⁴

As identidades multiplicam reivindicações de natureza política fraccionante, ao mesmo tempo que o *globalismo*, instalado na actual realidade complexa e dificilmente racionalizável pelo recurso aos velhos conceitos, exige um esforço de unidade que apenas será alcançada no caso de ser possível chegar a um paradigma partilhado.

2 - Esta referência à necessidade de um *paradigma* directivo não é uma imposição nascida com o globalismo, porque, antes, também a *nação*, o *Estado*, a *Europa*, e assim por diante, foram realidades abrangidas e até ideologicamente antecipadas por paradigmas. Do ponto de vista operacional pode aceitar-se a formulação de Thomas S. Kuhn, que define o paradigma como “uma constelação global de convicções, valores, modos de proceder, etc., que são partilhados pelos membros de uma determinada comunidade”.⁵

Aceitando esta definição, a própria Europa tem uma narrativa histórica rica de progressivas mudanças de paradigma, designadamente a partir da Revolução Francesa de 1789. Enquanto Napoleão procedia à construção efémera de uma

⁴ John K. Cox, cit., pag. 42 e sgts.. Charles Tilly (editores), *The formation of National States in Western Europe*, Princeton University Press, 1975. Jonh Crowley, *Reduir certains conflits à des “replies” Identitaires interdit d’en comprendre les ressorts politiques et sociaux*, in *Le nouvel état du monde*, La Découverte, Paris, 1999, pag. 57 e sgts.

⁵ In Hans Küng, *Islão, passado, presente e futuro*, Edições 70, Lisboa, 2010, pag. 185.

Europa unida, um projecto em relação ao qual a decisão portuguesa do futuro D. João VI, ao partir para o Brasil, se traduziu num golpe eficaz, talvez de efeitos não previstos, o grande Leon Tolstói, ao escrever o romance *Guerra e Paz*, aparecido em Paris por 1860, avaliou a narrativa daquela aventura, e introduziu um novo paradigma, ao escrever: “como que para ensaiar por antecipação o seu movimento futuro, as forças do Ocidente dirigiram-se em várias ocasiões para o Oriente, em 1805, 1806, 1807, 1809, cada vez mais poderosas e mais numerosas”. O Império Euromundista estava anunciado.

A entrada em circulação, na área da política, do novo expansionismo imperial, do maquiavelismo como modelo de governo, do conceito de Ocidente, alargava o conceito da Europa dos *projectistas da paz*, dos curadores e defensores da República Cristã, não apenas no que toca aos valores e aos costumes, mas sobretudo à geografia política, à dimensão da balança de poderes mundial, a uma realidade nova que se desenvolvia também do Norte ao Sul do Continente americano. Não apenas o pensamento de Filadélfia dos americanos esteve presente na Europa, como o pensamento europeu, sobretudo de matriz inglesa, esteve presente na organização cívica da América.

Mas este facto matricial não impediu que os EUA, por palavras e actos, expulsassem o poder europeu do seu continente, inscrevendo no seu conceito estratégico nacional a afirmação de que a América era para os americanos, pondo um limite definitivo ao restauracionismo legitimista proclamado pelos vencedores de Napoleão no Congresso de Viena de 1815, sobretudo pela voz e acção de Metternich. Afirmaram os soberanos que: “a nação cristã, da qual eles e os seus povos são parte, não tem realmente outro Soberano senão a quem pertence em exclusivo o poder, porque nele se encontram todos os tesouros do amor, da ciência, e da sabedoria infinita, quer dizer Deus nosso divino Salvador Jesus Cristo, o verbo do Senhor, a palavra da vida.”⁶

3 - A leitura de Tolstói antecipou a muito recordada conclusão de Toynbee no sentido de que os restantes povos do mundo viriam a considerar os ocidentais como os grandes agressores dos tempos modernos. Antes de a descolonização do século XX ter aberto a oportunidade de os factos confirmarem tal leitura, foram os demónios interiores que suscitaram o desastre do paradigma do Ocidente, quer na Primeira Guerra Mundial de 1914-1918, quer sobretudo na Segunda Guerra Mundial de 1939-1945; na primeira, o inimigo da concepção da

⁶ Pacto assinado em Paris, entre 14/26 de Setembro de 1815 (calendário juliano), pelo Imperador Francisco da Áustria pelo Rei da Prússia Frederico - Guilherme, pelo Imperador da Rússia Alexandre. Era a afirmação de respeito pela Providência Divina contra os Direitos do Homem. In Jean Cartpentier et François Legrun, *Histoire de L'Europe*, (dir.), Seuil, Paris, 1989, pg. 323.

vida habitual, e da soberania respeitada dos Estados, pela visão do nacionalismo imperialista germânico, fez deflagrar uma das históricas guerras civis dos ocidentais; na segunda, à visão imperialista nazi, alternadamente aliada e inimiga do soviétismo, veio opor-se a concepção democrática que conduziu à Aliança Atlântica; no primeiro caso, o paradigma que uniu os aliados vitoriosos teve expressão efémera nos 18 Pontos de Wilson, no segundo caso, o paradigma foi o das grandes liberdades democráticas.⁷ No fim da Primeira Guerra Mundial, a Sociedade das Nações, uma proposta do Presidente Willson, pareceu inspirada por um projecto de governança mundial, de paradigma ocidental, mas a recusa do Congresso americano de entrar na organização foi o primeiro golpe na possibilidade de o paradigma da guerra aceitar um renovado normativismo internacional eficaz.

No fim da segunda guerra mundial, a ONU foi de novo inspirada pelo paradigma ocidental, porque apenas países ocidentais, incluindo os vencedores China e Rússia, a definiram, com um vício de origem: organizar o Conselho de Segurança com base na hierarquia das potências, e não prever que a Assembleia Geral, onde viriam a entrar os países nascidos da descolonização, seria a sede de um *poder da palavra* que ajudou à decadência ocidental em que nos encontramos.

4 - O fim da guerra fria, que fez desaparecer o inimigo inspirador original da NATO, rapidamente abalaria o paradigma que lhe presidiu. Os EUA que nasceram proclamando o *destino manifesto* de se expandir do Atlântico ao Pacífico, que anunciou um papel director do continente americano com o princípio do *Big Stick*, que excluíram o restaurocionismo de Viena com a afirmação da *reserva do continente para os americanos*, fosse qual fosse o conteúdo da expressão, tudo compreendido no conceito integrador do *interesse permanente e variável americano*, rapidamente mundializaram a perspectiva: proclamaram ser a *nação indispensável*, afirmaram o *fim da história*, o qual se traduziria na democratização mundial, na adopção da versão dos direitos do homem, e na economia do mundo livre, tudo modelo americano.

O unilateralismo do republicanismo no poder, como as iniciativas no Iraque, atingiu a solidariedade dos ocidentais no Conselho de Segurança, este facto reflectiu-se na NATO, e por sua vez na União Europeia.

⁷ O Tratado de Versalhes (28 de Junho de 1919) teve mais de quatrocentos artigos, não foi satisfatório para a França e visto como esmagador pela Alemanha. Rapidamente começou a ser violado. O Tratado de Locarno (16 de Outubro de 1925) viria a ser um símbolo da reconciliação franco-alemã, de pouca consistência.

Por um lado, a Europa debilitada pela carência de matérias primas, de energias não renováveis, e de reservas estratégicas alimentares, respondeu com mais arrogância do que capacidades, e, pelo Tratado de Lisboa, reorganizou de forma confusa a gestão da União, incluindo a gestão do pilar da segurança e defesa comum.

O discurso eleitoral de Obama deu esperança ao mundo, especialmente ocidental, de que o regresso a um paradigma recuperado e aperfeiçoado estave no horizonte da sua vitória pessoal: mas o certo é que herdou uma situação de gestão difícilíssima, e nunca declarou que reformulava o princípio do interesse permanente e variável americano, que os EUA permaneciam como a Nação indispensável, que na reformulação da governança mundial lhe pertence uma acção directiva.⁸

Uma síntese corrente filiou a política americana em Marte e a política europeia em Vénus, uma afirmação que leva a imaginar um conflito de paradigmas inconciliáveis.

4 - Este ponto de chegada - Marte e Vénus - tem que ver com a evolução, nem sempre parecendo teorizada, do conceito originário da NATO, organização regional de defesa, de legitimidade filiada na Carta da ONU: no trajecto estão a intervenção na dissolução da Jugoslávia, com o infeliz protectorado do Kosovo pelo meio, a Declaração de Madrid de 1997 orientada pela vocação de observar toda a Europa ao mesmo tempo que a União acentuava a vertente específica da segurança e defesa, os partenariados euro-atlântico - incluindo o Cáucaso, e a assunção da gestão das crises *hors zone*, vindo a liderar a intervenção ocidental no Afeganistão.⁹

Recordando que o alargamento da União, quer geográfico, quer de autonomia da segurança e defesa, não foi antecedido de estudos de governabilidade, nem das fronteiras amigas, talvez deva agora juntar-se, à circunstância de

⁸ Mário Mesquita, Sara Pina, Susana Neves (Coord.), *À Procura da Grande Estratégia*, Lisboa, Tinta da China, 2010.

⁹ Desde então, a política europeia de segurança e defesa (Maastricht) inclui a força de progressão rápida (Bósnia, Kosovo), o partenariado para a paz (1994) que se estendia à Rússia, à Ucrânia, à Bielorrússia, à Albânia, à Macedónia e Repúblicas da Ásia Central, que englobou os antigos neutros (Áustria, Finlândia, Suécia, Suíça, Irlanda, e mais tarde a Sérvia, a Bósnia-herzegovina e o Montenegro), a abertura para assumir missões da ONU e da OSCE, a Carta Fundadora NATO - Rússia (1997) fazendo desta um parceiro estratégico da Aliança, tudo desafiando o conceito fundador. In Adriano Moreira, *A Reforma da NATO e a Balança Transatlântica*, in *À Procura da Grande Estratégia*, cit., pg. 263 e sgts..

imprevisibilidade em que o mundo se encontra, a debilidade demonstrada pelos EUA para sustentarem o proclamado unilateralismo americano, e a crise financeira e económica mundial que atinge todos e desafia a validade de todos os projectos e a consistência de todos os conceitos.

Por isso, ocorre recordar o aviso de Toynebee sobre o facto de os ocidentais serem vistos pelas outras áreas, que colonizaram ou submeteram à hegemonia, como os grandes agressores dos tempos modernos, o que apoia as conclusões de A. CH. De Guttenberg, ou de Alfred Grosser, no sentido de que, definitivamente, a Europa e os EUA são os Ocidentais.

Mas parece necessário alargar esta definição, tendo em vista que a *incerteza* é o risco hoje mais evidente, que o fenómeno das Redes altera a definição da maioria das áreas e das actividades, que a debilidade dos Estados a evoluir para exíguos se acentua, que o numero de poderes desafiantes cresce, que a polemologia tem dificuldades em conceptualizar as novas ameaças.

5 – Tudo orienta no sentido de reconhecer que a *Ordem Mundial*, que a Carta da ONU visionou, composta de Estados Soberanos, se encaminhem para a coexistência de Estados que podem invocar uma soberania suficiente (por exemplo, EUA, China, União Indiana, Rússia), mas que a *Regionalização*, que tem a União Europeia como referência indicativa, tende a modelar interlocutores na América Latina, na África, e na Ásia; que os poderes atípicos, financeiros, económicos, terroristas, exigem enquadramento, ao mesmo tempo que eles próprios se articulam em rede; que a movimentação desordenada das migrações afecta conceitos e realidades, no passado fundamentais, como a nacionalidade, a cidadania, a fronteira geográfica, a identidade cultural, e a geografia da fome.

Neste quadro, ignorar que a segurança do Atlântico Norte é uma visão ultrapassada pela exigente segurança articulada com o Atlântico Sul, parece inaceitável. Por outro lado, e apenas como exemplo, é de avaliar seriamente factos como o da iniciativa do Brasil, liderado pelo surpreendente Presidente Lula, quando desenvolveu uma intervenção tolerante em relação ao Irão sem prestar atenção aparente ao programa nuclear deste, nem à situação dos direitos do homem naquele país adversário declarado dos EUA, e por isso da NATO, da União Europeia, e da paz mundial, uma política enriquecida com a reivindicação brasileira do seu legado africano para concorrer com a expansão

chinesa, tudo a chamar a atenção para um *Ocidente* que exige *paradigma*, definição formal, e segurança tranquila englobante.

Não é difícil, nem excessivo, entender que a Carta da ONU e a Declaração Universal dos Direitos Humanos traduzem sobretudo um *paradigma ocidental*, mas que a chegada de todas as áreas culturais do mundo ao diálogo mundial, com voz própria, afastou a visão de que eles eram a *cera mole* moldável pelos ocidentais. Por isso, doutrinas como as do Big Stick, métodos como o unilateralismo, visões de supremacia de Nação indispensável, exigem revisão e moderação, porque a crise mundial é por enquanto um aviso sério, e a desatenção pode ser um passo para a catástrofe dos responsáveis que coloquem a arrogância no lugar da lucidez. Relembro Erasmo e a sua angústia quando os turcos estavam às portas de Viena, e os ocidentais, então de geografia diferente, se perdiam em questões dinamizadas pelos demónios interiores.

(Comunicação apresentada
no Instituto de Estudos Superiores Militares em 29 de Setembro de 2009)